

## A MEDICINA DA BAHIA NA GUERRA DO PARAGUAI

*Oswaldo Silva Felix Júnior<sup>1</sup>*

**RESUMO:** Entre 1864 e 1870, o Brasil esteve envolvido na Guerra do Paraguai. O conflito envolveu as principais províncias do Império, mobilizando um grande efetivo de homens para complementar os efetivos do Exército e da Marinha. A província da Bahia foi uma das mais exigidas, enviando para a guerra um efetivo superior a 17 mil homens. Entre os contingentes que seguiram, estavam alguns constituídos por médicos (civis e militares), professores catedráticos da Faculdade de Medicina da Bahia e estudantes de Medicina e Farmácia desta Faculdade. A mobilização desses profissionais foi diferenciada e muito importante para o apoio aos feridos da guerra. Este artigo busca mostrar as circunstâncias que envolveram a mobilização e o envio desses homens para os hospitais de campanha do Exército e da Marinha.

**PALAVRAS-CHAVE:** Guerra do Paraguai. Medicina. Bahia.

**ABSTRACT:** The Brazil was implicated in the War of Paraguay between 1864 and 1870. The conflict involved the main provinces of the Brazilian Empire, mobilizing a great quantity of men to complement the contingent of the Army and of the Navy. The province of Bahia was one of the most required. This province sent more than 17 thousand men to the war. Some of the contingents that proceeded to the conflict were constituted by doctors (civilian and military), professors of the Faculty of Medicine of Bahia and students of Medicine and Pharmacy of this Faculty. Those professionals' mobilization was differentiated and very important for the support

---

<sup>1</sup> Mestre em História Regional e Local, pela Universidade do Estado da Bahia, UNEB, Mestre em Operações Militares, pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército – EsAO. Pós-Graduado em História Social e Educação, pela Universidade Católica do Salvador, UCSAL. Tenente-Coronel, Professor de História e Filosofia do Colégio Militar de Salvador, CMS.

for the dying people of the war. This article aims to be evidence for the circumstances that involved the mobilization and the sending of those men to the hospitals of the Army and the Navy.

**KEYWORDS:** War of Paraguay. Medicine. Bahia.

Em 7 de janeiro de 1865, atendendo a apelos dos chefes militares e de parlamentares brasileiros, para a complementação dos efetivos do Exército Imperial, que se vira, inesperadamente, engajado na guerra com o Paraguai, D. Pedro II expediu o Decreto Imperial de número 3 371, criando os chamados corpos de “Voluntários da Pátria”.<sup>2</sup>

Pelo decreto o Imperador apelava para os sentimentos do povo brasileiro a fim de, voluntariamente, cerrar fileiras em torno do Exército e dar a resposta às Forças Paraguaianas, que atentavam contra a soberania brasileira. A ideia do Império era a de formar nas províncias, batalhões constituídos de voluntários que pudessem complementar os efetivos do Exército Imperial, que se encontrava em inferioridade numérica em relação aos do Exército Paraguaio. Em conjunto com o decreto, o governo imperial determinou a convocação de parcela dos batalhões da Guarda Nacional, estabelecendo para cada província o número de homens que deveria ser enviado.<sup>3</sup>

Quando da chegada da notícia do decreto, encontrava-se

---

<sup>2</sup> Pelo decreto 3 371, poderia compor esses Corpos todo cidadão entre 18 e 50 anos de idade, que aceitasse as condições ali estabelecidas. Eram oferecidos como vantagens aos voluntários, 300 réis por dia, assim como o soldo a que tinham direito os militares do Exército, de 165 réis; para as famílias dos soldados que morressem em combate, uma pensão de meio soldo, e mais gratificação de 300 mil réis para aqueles que fizessem toda a campanha. Por último, 22 500 braças de terras em colônias militares ou agrícolas. RODRIGUES, Marcelo Santos. *Os (in) Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. 2001. 162f. Dissertação (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

<sup>3</sup> A Guarda Nacional foi criada em 1831, ainda no período regencial. Tinha a missão de substituir as extintas Milícias, Ordenanças e Guardas Municipais, e, em último caso, auxiliar o Exército em questões externas. Foi instituída em todos os municípios do Império, por Lei nº. 602, de 19 set 1850, quando foi reorganizada. Estava subordinada aos Juizes de Paz, presidentes de provínci-

como presidente da província da Bahia o desembargador Luiz Antônio Barbosa de Almeida, que recebeu do governo imperial a informação a respeito da criação dos corpos de Voluntários da Pátria e sobre as condições estipuladas. Foi orientado a dirigir proclamações à população, exortando ao voluntariado, e determinando o envio à Côrte, de toda a força de linha (tropas do Exército Imperial) existente na província.<sup>4</sup>

Nos primeiros dias de janeiro, o desembargador promoveu reuniões no palácio do governo com as principais autoridades provinciais para tratar da execução dos serviços relativos ao alistamento de civis e a designação dos guardas nacionais, na capital e no interior, medidas por ele vistas como necessárias para que a Bahia pudesse cumprir as determinações imperiais.<sup>5</sup>

De início, as condições estipuladas no decreto e as medidas adotadas pelo governo provincial tiveram algum êxito e conseguiram angariar certo número de voluntário, na capital e no interior. Entre esses voluntários constavam estudantes, moços de famílias abastadas e oficiais da Guarda Nacional. Passado esse momento, a Bahia vivenciou um período caracterizado por uma grande procura por parte das autoridades provinciais, civis e militares, de homens que pudessem completar os efetivos dos batalhões da Guarda Nacional, transformados em corpos de Voluntários da Pátria, suprimindo, assim, as crescentes necessidades do Exército em operações.<sup>6</sup>

---

as e ao Ministro da Justiça. RODRIGUES, Marcelo Santos. *Os (in) Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*; CASTRO. Jeanne Berrance de. *A Milícia Cidadã*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

<sup>4</sup> APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Inventário dos documentos do governo da província. 1ª parte. Série administração. Correspondência recebida do Ministério da Guerra. Originais. Maço 828.

<sup>5</sup> DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. O imperador, os chefes militares, a mobilização e o quadro militar da época. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981. p. 232.

<sup>6</sup> FELIX JUNIOR, Osvaldo Silva. *Repensando a Guerra: a participação da Bahia na guerra do Paraguai*. 2009, 182f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local), Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antonio de Jesus, 2009. pp. 53-67.

Segundo o historiador Hendrik Kraay, a Guerra do Paraguai esgotou a capacidade brasileira de mobilização e revelou claramente os conflitos inerentes ao recrutamento. Apelos ao patriotismo esgotaram-se rapidamente e o alistamento para a guerra transformou-se em recrutamento forçado em escala nunca vista na Bahia.<sup>7</sup>

Este artigo visa dar conhecimento da mobilização que ocorreu na província para o envio aos hospitais de campanha do Exército e da Armada, de homens oriundos, em sua maioria, das elites baianas, que se caracterizou por um contraponto ao contexto que envolveu a mobilização para a guerra dos corpos de Voluntários da Pátria e que, por isso, vale a pena ser historicizado.

### **Convocação dos médicos militares**

Para suprir as necessidades do Corpo de Saúde do Exército e da Armada, que combatia contra Forças Paraguaianas na região da foz do rio da Prata, o governo provincial, orientado pelo Ministério dos Negócios da Guerra, realizou, entre os anos de 1865 e 1866, a mobilização de duas classes de médicos: os médicos militares, aqueles que já estavam incorporados nas unidades militares existentes na Bahia e os médicos civis, aí incluídos os que clinicavam particularmente, os professores (Lentes e Opositores) da faculdade de Medicina da Bahia<sup>8</sup> e os estudantes de Medicina e de Farmácia daquela faculdade.

A mobilização dos médicos militares precedeu a dos civis e foi realizada, segundo o que indicam as fontes, mediante a força dos regulamentos militares a que eles, como oficiais, estavam subordinados. Isso porque esses homens resistiram em seguir para a guerra. Segundo indicam as fontes, essa resistência era fruto do

---

<sup>7</sup> KRAAY, Hendrik. *The Américas. Reconsidering Recruitment in Imperial Brazil*. V.55. nº 1: 1-33, jul 1998. Tradução do autor, revisada por Mônica Nogueira de Sá.

<sup>8</sup> Os Lentes eram professores titulares das diversas cadeiras da Faculdade, e os Opositores, seus substitutos.

quanto sabiam dos acontecimentos ocorridos com os médicos baianos que estavam presentes no Mato Grosso quando da invasão daquela província pelos paraguaios, em 1864.

Na época em que eclodiu a guerra, as ligações entre as províncias da Bahia e do Mato Grosso eram muito fortes, em relação aos homens que compunham o Serviço de Saúde do Exército. Dos 10 cirurgiões que existiam em Mato Grosso, quando da invasão paraguaia, oito eram baianos, formados pela Faculdade de Medicina da Bahia; além disso, seguindo a estrutura hierárquica do próprio Serviço de Saúde, a maior autoridade médica militar naquela província era o Delegado Cirurgião-Mor do Exército, o baiano José Antônio Murtinho, a quem competia à direção, inspeção e fiscalização de todo o serviço militar de saúde nos hospitais e enfermarias de Corpos e estabelecimentos militares.

Com a invasão da província do Mato Grosso, e a morte em circunstâncias trágicas de alguns médicos que lá serviam, a notícia de suas mortes chegou com maior intensidade na Bahia, causando nos médicos militares que prestavam serviços nas unidades do Exército existentes em Salvador, e que tinham laços profissionais ou de amizade com aqueles homens, um sentimento de resistência em relação à ida para a guerra. Essa resistência foi fruto da insegurança que eles tinham, em relação à atuação operacional da Força, desgastada dos combates contra o Uruguai e modesta em relação ao potente Exército paraguaio.

Em 9 de janeiro de 1865, o Ministro da Guerra expediu um ofício ao presidente da província, advertindo que convinha aos cirurgiões do Corpo de Saúde do Exército, o recolhimento para a Côrte à proporção que a força de linha (unidades de tropa do Exército Imperial) se retirasse para o Rio de Janeiro. Autorizou a contratação de médicos civis que fossem indispensáveis para o serviço da guarnição.<sup>9</sup>

Pouco depois, em 3 de março, o Ministro enfatizou, com rigor,

---

<sup>9</sup> APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Inventário dos documentos do governo da província. 1ª parte. Série administração. Correspondência recebida do Ministério da Guerra. Originais. Maço 828.

ao governo provincial, a necessidade de os médicos seguirem para a Côrte, dessa vez determinando que todos os cirurgiões militares existentes na Bahia deveriam seguir para o Rio de Janeiro, com exceção do Delegado do Cirurgião-Mor e do 1º cirurgião,<sup>10</sup> doutor Antônio da Silva Deiró, que deveria ficar como encarregado do hospital militar, devendo o presidente “fazer prender aqueles médicos que se opusessem ao embarque”, e remeter juntamente os que dessem parte de doentes, a fim de serem inspecionados, salvo em caso de perigo de vida.<sup>11</sup> E em 11 de março, o Ministro expediu mais um ofício, agora orientando o presidente da província a fazer prender, de imediato, o 2º cirurgião do Corpo de Saúde do Exército, Antônio José Pinheiro Tupinambá, que deveria ter seguido para a Côrte com o 5º batalhão de infantaria, e enviá-lo para o Rio de Janeiro.<sup>12</sup>

Dois outros expedientes remetidos em abril dão conta da extrema preocupação do Ministério da Guerra com o envio desses profissionais para a Côrte. O primeiro reiterava a ordem de que seguissem o quanto antes os oficiais arregimentados, incluindo aí os do Corpo de Saúde, que não deveriam ficar na Bahia sob qualquer pretexto, salvo o caso de moléstia em que corresse risco de vida. O segundo determinava que o hospital militar fosse desativado e que, em seu lugar, permanecesse uma enfermaria fixa; que os médicos do Corpo de Saúde do Exército fossem remetidos para a Côrte, só ficando os necessários, e que fossem demitidos os médicos contratados. Explicava o Ministro que tudo isso se dava tendo em vista que a tropa de linha tinha sido enviada para a guerra, não havendo necessidade de se manter aquela estrutura que oneraria em muito o Estado.<sup>13</sup>

---

<sup>10</sup> Postos que existiam na hierarquia do Serviço de Saúde do Exército e da Armada.

<sup>11</sup> APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Inventário dos documentos do governo da província. 1ª parte. Série administração. Correspondência recebida do Ministério da Guerra. Originais. Maço 828.

<sup>12</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>13</sup> *Idem, Ibidem.*

Com a expedição desses documentos, o Ministério da Guerra dava a entender que o governo imperial contava com a presença de todos os médicos militares na campanha que se desenrolava no Sul do Brasil e que, se fosse necessário, utilizaria das prerrogativas que tinha diante dos regulamentos militares para que seus planejamentos fossem cumpridos. Dava a entender, ainda, a extrema necessidade que se fazia da presença desses profissionais para o apoio médico à tropa.

Em contrapartida, a resistência que estabeleceram os médicos parecia, como indicam as fontes, expressar a falta de confiança que esses homens tinham nas tropas do Exército Imperial e a falta de um real compromisso desses médicos para com o Império. E essa resistência se fez através da única estratégia que lhes era legalmente possível, a alegação de doença grave, que os impediria de se deslocar de Salvador para o Rio de Janeiro. A outra estratégia seria a recusa de seguir para o conflito, como o fez o 2º cirurgião Antônio Tupinambá, mas isso implicaria em ser preso e mandado à força para o teatro de operações, além de sofrer as consequências disciplinares ou judiciais.

Todavia, essa última estratégia parece ter sido utilizada por boa parcela dos médicos militares, não só na Bahia como em outras guarnições, e deixa transparecer que o Ministro da Guerra temia que houvesse, até, algum tipo de movimento contestatório por parte desses homens, procurando inibir, com rigor, qualquer resistência.

Apesar das estratégias utilizadas pelos médicos para não seguirem, esses militares foram mobilizados e enviados para o Sul do Império, chegando o governo provincial, inclusive, a desativar o hospital militar, reduzindo-o a uma enfermaria, cumprindo, assim, a determinação ministerial.<sup>14</sup> Ou seja, mesmo para esses militares, profissionais da medicina, que não faziam parte das classes

---

<sup>14</sup> APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Inventário dos documentos do governo da província. 1ª parte. Série administração. Correspondência recebida do Ministério da Guerra. Originais. Maço 828.

excluídas da sociedade baiana, valeu também a frase dita pelos “moços” pertencentes às elites, quando, debochadamente, se referiam aos homens que compunham os corpos de voluntários, que passavam garbosamente por eles: foram pegos “a pau e corda”.<sup>15</sup>

E essa recusa em seguir para o conflito não foi exteriorizada apenas pelos médicos pertencentes ao Exército de Linha. O médico do Corpo de Polícia da Capital também assim procedeu. Dias antes da partida daquele contingente, o doutor Manuel Maria Pires Caldas solicitou, mediante requerimento ao governo provincial, a sua exoneração do cargo de cirurgião do Corpo. Dia 21 de janeiro de 1865, dois dias antes da partida da tropa, o presidente da província assinou Ato onde exonerava o doutor Manuel Caldas e, no dia 22, assinou outro, indicando para o seu lugar o cirurgião José Carlos Mariani.<sup>16</sup>

O caso do doutor Manuel Caldas é interessante, pois consta na historiografia baiana, que “todos” os integrantes do contingente policial se apresentaram voluntariamente para seguir para a guerra, e que esse ato marcou a mobilização daquele Corpo, porém a recusa externada pelo doutor Manuel Caldas, sendo substituído um dia antes da partida, mostra que nem todos tiveram essa intenção, descaracterizando tal afirmativa e “desmitificando” essa página da história da Bahia.<sup>17</sup>

### **Contratação dos médicos civis**

A mobilização dos médicos civis, dos professores e dos estu-

---

<sup>15</sup> SILVA, Eduardo. *O Príncipe Obá: um voluntário da pátria*. In: MENEZES, Eduarda Magalhães (Org.). *Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dumaré, 1995. p. 69.

<sup>16</sup> APEB. Seção Colonial e Provincial. Atos do presidente da província, 1865. Maço 976.

<sup>17</sup> ARAÚJO, Oséas Moreira de. *Notícias Sobre a Polícia Militar da Bahia no Século XIX* (obra aprovada pelo 1º Congresso de História da Bahia) – 1949; RODRIGUES, Marcelo Santos. *Os (in) Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. 2001, 162f. Dissertação. (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.



dantes de medicina e farmácia da Faculdade de Medicina da Bahia, se deu também para complementar as necessidades do Serviço de Saúde do Exército e da Armada. A mobilização desses profissionais foi diferenciada em relação aos Voluntários da Pátria, e até mesmo em relação aos médicos militares, agindo, o governo, segundo o que indicam as fontes, com “dois pesos e duas medidas”.

Os médicos civis, assim como os professores e os estudantes, foram incorporados ao Exército mediante solicitação, através de requerimento pessoal e assinatura de contrato, e toda a política que envolveu a contratação desses profissionais ficou centralizada no Ministério dos Negócios da Guerra, no Rio de Janeiro. Cabia apenas à presidência da província fazer os contatos com os voluntários e solicitar ao Ministério a autorização para contratar o profissional. Segundo indicam as fontes, essa situação foi estabelecida como forma do governo imperial proteger esses homens das interferências pessoais e desmandos dos governos provinciais. Já os Voluntários da Pátria, foram alistados, convocados ou recrutados pelo próprio governo provincial, ficando a mercê do governo.

O porquê da diferença de tratamento na mobilização dos médicos civis estava expresso nas entrelinhas dos decretos lançados para a realização das contratações e nas vantagens pecuniárias estabelecidas para esses profissionais.

Essas condições foram repassadas para o governo provincial em documento que, em seu bojo, expressava que o Serviço Sanitário do Exército necessitava com urgência de médicos operadores e estudantes de medicina dos últimos anos de matrícula ou estudos; que era preciso todos os esforços para contratá-los e mandá-los imediatamente; que as bases dos contratos dos médicos deveriam ser de 600 mil réis mensais, sem outra vantagem, e mais um mês de vencimentos como ajuda de custo e passagem gratuita e a graduação de capitão (de comissão), salvo igualmente para algum operador hábil, que poderia ser a de major, e que os estudantes perceberiam 200 mil réis mensais, sendo 100 mil réis de ordenado e 100 mil réis de gratificação, e teriam a graduação de Alferes (de comissão) do Corpo de Saúde, a ajuda de custo de

300 mil réis e passagem gratuita nos vapores.<sup>18</sup>

As fontes indicam que a necessidade do governo imperial em contar com a participação desses homens era urgente, e essa urgência deu amplas oportunidades ao médico civil de negociar com o governo plenas regalias para a sua contratação. Para termos uma ideia de como se deram essas oportunidades, as vantagens pecuniárias oferecidas pelo governo imperial a esses profissionais foram concebidas em bases definidas por eles próprios, em particular pelo doutor Antônio Mariano do Bonfim, que assessorou o Ministro da Guerra sobre o assunto, e que para esse assessoramento ouviu as reivindicações dos médicos das Faculdades da Bahia e do Rio de Janeiro.<sup>19</sup>

As fontes sugerem que havia também uma confiança do Exército na boa formação desses profissionais, priorizando as contratações de estudantes e médicos formados pela Faculdade de Medicina da Bahia, e por serem esses homens ligados, em sua maioria, às elites que dominavam política, social e economicamente a província, conseguiram fazer com que o governo cedesse ante as reivindicações por eles feitas para as suas contratações.

Em relação aos vencimentos, os médicos e estudantes de medicina receberam amplas vantagens. Como já vimos, o médico recebeu 600 mil réis mensais, um salário do mês, a título de ajuda de custo e mais passagem gratuita. Os estudantes receberam 200 mil réis mensais, sendo 100 mil réis de ordenado e 100 mil réis de gratificação, ajuda de custo de 300 mil réis e mais passagem gratuita nos vapores.

Para um melhor entendimento da grandeza dessas vantagens,

---

<sup>18</sup> APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Inventário dos documentos do governo da província. 1ª parte. Série administração. Correspondência recebida do Ministério da Guerra. Originais. Maço 829.

<sup>19</sup> *Ibidem*.

<sup>20</sup> ARAÚJO, Oséas Moreira de. *Notícias Sobre a Polícia Militar da Bahia no Século XIX* (obra aprovada pelo 1º Congresso de História da Bahia) – 1949; RODRIGUES, Marcelo Santos. *Os (in) Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. 2001, 162f. Dissertação. (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

em 1870, ano em que teve fim o conflito, um tenente médico cirurgião da Polícia Militar da Bahia recebia 90 mil réis mensais, e o governo estabeleceu a quantia de 600 mil réis para que um cidadão pudesse ficar isento de seguir para a guerra.<sup>20</sup>

Além disso, os médicos não seguiram para a guerra junto com os Corpos de Voluntários, pois receberam passagens individuais e foram incorporados ao Serviço de Saúde do Exército como capitães ou majores, ao contrário dos “Voluntários” que foram normalmente incorporados como meros soldados.<sup>21</sup>

Outras propostas feitas pelos médicos e aceitas pelo governo foram de servirem como médicos e cirurgiões civis nos hospitais, de serem responsáveis somente perante os diretores dos hospitais, os chefes das Forças Militares e o chefe do Serviço de Saúde. Não servindo bem, ter rescindidos os contratos por parte do governo imperial, mas em nenhum caso estarem sujeitos à prisão, nem penas correccionais por pretendidas faltas no serviço.<sup>22</sup>

Essas propostas nos levam a ponderar sobre duas questões inseridas nesse contexto: a primeira que, a princípio, os médicos não queriam submissão aos oficiais de patentes intermediárias do Exército, tenentes e capitães, em sua maioria oriundos das classes populares, por temer alguma atitude hostil por parte dessa oficialidade, que era tratada com desprezo pelas elites do Império, das quais eles, em sua maioria, eram oriundos, e a segunda, que eles não tinham confiança na aplicação judiciosa dos regulamentos disciplinares. Nesse sentido, deve ter pesado nas suas avaliações a falta de experiência que tinham no trato “das coisas da caserna” e a própria insegurança com relação ao desempenho como profissional de saúde.

E por que havia diferença de tratamento por parte do governo entre os médicos militares e os médicos civis? A única resposta possível de conjecturação é a de que o Exército, durante o perío-

---

<sup>21</sup> APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Inventário dos documentos do governo da província. 1ª parte. Série administração. Correspondência recebida do Ministério da Guerra. Originais. Maço 829.

<sup>22</sup> *Ibidem*.

do imperial foi uma instituição desvalorizada e desprezada pelo governo e pelas elites. Isso quer dizer que, quando um médico se sujeitava a incorporar-se às fileiras do Exército, realmente necessitava de recursos para o seu sustento ou de sua família, ou seja, esse homem, a princípio, não tinha posses e dependia do seu trabalho para o seu sustento. Ao contrário, os médicos civis que foram contratados eram, em sua maioria, oriundos de famílias ricas e/ou das elites intelectuais (professores da Faculdade de Medicina), e isso fazia a diferença.

A província da Bahia realizou duas grandes mobilizações relativas a esses homens, uma em agosto de 1865 e outra em agosto de 1866. A primeira ocorreu, aparentemente, sem grandes dificuldades para obtenção do efetivo de contratados que o Exército e a Armada necessitavam.

Já para a mobilização do segundo contingente de médicos e estudantes, em agosto de 1866, o governo teve dificuldades para a contratação, chegando a fazer retornar à Capital o médico Antonio Mariano do Bonfim, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia, homem de prestígio e reconhecimento acadêmico, para tentar convencer os seus colegas e discípulos para a extrema necessidade que se fazia da presença de médicos no apoio aos moribundos da guerra.<sup>23</sup>

O doutor Mariano do Bonfim era natural da Vila da Barra do São Francisco. Foi casado com D. Maria Adelaide de Almeida, dela se separando, segundo ele, “por motivos poderosos”, não os explicitando. Foi um dos médicos que, aparentemente, não tinha motivos outros para seguir para a guerra que não o incentivo à jubilação antecipada como professor da Faculdade de Medicina, pois era sozinho, possuía uma condição profissional estável e uma colocação de expressão na sociedade baiana. No pós-guerra permaneceu vivendo em Salvador, exercendo a profissão e lecionando, como lente catedrático, na Faculdade de Medicina. Veio a fa-

---

<sup>23</sup> APEB. Seção de Microfilmagem. Periódico, *Gazeta Médica da Bahia*, filme nº. 1. Exemplar nº. 2.

lecer em 1875, cinco anos após o término da guerra, não conseguindo o intuito de se aposentar, segundo o seu testamento, vítima de enfermidade adquirida durante o conflito. Como não tinha herdeiro direto, deixou os seus bens para a sua irmã e sobrinhas.

Possuía uma coleção de livros muito grande, diversificada e valiosa, avaliada em dois contos, 118 mil e 940 réis. Entre essas obras, constavam: 11 volumes sobre a flora fluminense, bibliografia sobre a hidrografia do rio São Francisco, Atlas de mineralogia, obras sobre a literatura francesa, obras sobre direito criminal e muitos textos sobre medicina. Consta do seu testamento uma afirmativa pessoal: “tudo que consegui na vida foi fruto direto do meu trabalho como médico”.<sup>24</sup>

Com relação ao governo imperial, numa atitude ambígua à tomada em relação aos homens das classes menos favorecidas, quando precisou com urgência complementar os efetivos dos batalhões da Guarda Nacional, para compor os corpos de Voluntários da Pátria e desenfreadamente os recrutou à força, ofereceu outras vantagens para aqueles que se voluntariassem, em especial aos estudantes e aos professores das Faculdades de Medicina.

Dentre essas vantagens, constavam: a dispensa dos estudantes das Faculdades do Império, que serviram na guerra contra o Paraguai, das faltas dadas durante o tempo em que eles estivessem na guerra e a concessão da matrícula no ano seguinte, depois de prestado o exame do precedente; poderiam pertencer, se o requeressem, ao Corpo de Saúde do Exército ou da Armada, os estudantes do 5º e 6º anos, empregados no serviço do Exército em operações e designados de preferência para as sedes das Faculdades de Medicina para completarem seus estudos e obterem os respectivos títulos; os professores (lentes e opositores) ficavam com direito à jubilação com seus ordenados e gratificações, logo que contassem 20 anos de magistério.<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> APEB. Judiciário. Inventário. E 07 Cx. 2921 D 03

<sup>25</sup> APEB. Seção de Microfilmagem. Periódico, *Gazeta Médica da Bahia*, filme nº. 1. Exemplar nº. 6.

Os médicos e estudantes contratados permaneceram durante o conflito trabalhando nos hospitais temporários (fixos) do Exército. Esses hospitais eram localizados longe das frentes de combate, bem à retaguarda. O mais importante e que recebeu o maior número de estropiados foi o de Corrientes, que ficava localizado em território argentino.<sup>26</sup> Aqueles que lá trabalhavam praticamente nenhum risco de morte corriam, a não ser pelas doenças infecto-contagiosas que poderiam ser transmitidas pelos combatentes adoentados.

Na Ordem do Dia nº 527, documento onde eram lançadas as suas determinações para toda a Força, o Ministro da Guerra, tratando das instruções para o serviço médico dos hospitais de campanha, expressou em seu artigo primeiro que os oficiais efetivos do Corpo de Saúde do Exército que se achavam em operações, e nos hospitais e enfermarias provisórias de Buenos Aires e Corrientes, seriam todos empregados nas ambulâncias, postos de atendimento imediato a feridos em combate; e o artigo segundo enfatizava a proibição expressa quanto ao emprego dos oficiais efetivos (de carreira) nos hospitais temporários.<sup>27</sup>

Com isso, o Exército retirou todos os médicos efetivos dos hospitais fixos e os enviou para atuarem diretamente nas frentes de combate, deixando apenas os médicos e os estudantes contratados trabalhando nesses hospitais. Essas medidas adotadas pelo Exército levaram os estudantes a refletir entre ficar em Salvador, contando com as poucas aulas teóricas na Faculdade, pois muitos foram os professores que se voluntariaram para a guerra, ou ir para o Sul, onde poderiam praticar a medicina, abonar as faltas e ter a promessa de boas gratificações.

“Dois pesos, duas medidas?” Enquanto os Voluntários da Pátria foram pegos, em sua maioria, à força, receberam gratifica-

---

<sup>26</sup> *Ibidem*.

<sup>27</sup> APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Inventário dos documentos do governo da província. 1ª parte. Série administração. Correspondência recebida do Ministério da Guerra. Originais. Maço 829.

ções irrisórias, passaram por todo o tipo de dificuldades para serem incorporados às fileiras do Exército e da Armada, e ficaram expostos a todo o tipo de perigo de morte, os médicos civis, negociaram seus contratos, receberam excelentes gratificações pecuniárias, viajaram em vapores diferenciados e trabalharam, em sua maioria, em hospitais longe das frentes de combate, pouco expondo as suas vidas.

Em exemplar publicado em maio de 1867, a *Gazeta Médica* apresenta uma matéria que expõe diferenças no tratamento dos médicos contratados com os oficiais do Exército. Segundo o texto, os médicos estavam sendo acusados de estarem fora de todos os riscos de morte. Essa situação estava levando os médicos militares, efetivos, a se revoltarem contra as regalias dispensadas a esses profissionais.<sup>28</sup>

Na tentativa de defesa dos contratados, o jornal colocou uma estatística realizada pelo doutor Francisco Bonifácio de Abreu sobre os médicos falecidos na campanha até aquela data. Como justificativa, o doutor Francisco Bonifácio lança uma relação composta de 17 nomes de médicos que faleceram em campanha e mais nove que faleceram em consequência de enfermidades adquiridas na guerra, pouco depois de chegarem ao Brasil. Com isso, o doutor Francisco Bonifácio tentava justificar que houve também entre os médicos e estudantes contratados significativa parcela de mortalidade e que eles não tinham regalias em relação aos demais combatentes.<sup>29</sup>

Verifiquei a lista dos falecidos e constatei que talvez por engano ou mesmo na tentativa de engrossar o rol dos mortos, valorizando a participação dos civis contratados, o doutor Francisco Bonifácio incluiu médicos militares que faleceram durante a invasão do Mato Grosso, nada tendo a ver com os combates no Sul do

---

<sup>28</sup> APEB. Seção de Microfilmagem. Periódico, *Gazeta Médica da Bahia*, filme nº. 1. Exemplar nº. 45.

<sup>29</sup> APEB. Seção de Microfilmagem. Periódico, *Gazeta Médica da Bahia*, filme nº. 1. Exemplar nº. 45.

Império. Consta que morreram em função de moléstias adquiridas na guerra ou como consequências do emprego nos conflitos no Sul do Império os estudantes Guimarães Alves Marinho, Manoel de Aguiar Freire, Jesuíno Borges, Ulysses da Silveira Bastos Varella e o médico militar Cícero Álvares dos Santos. O conteúdo da Ordem do Dia do Ministro da Guerra, por si, já deixa claro que a intenção do governo era de poupar os médicos contratados das perigosas intempesvidades das frentes de combate.

Aprofundando um pouco mais sobre os médicos e estudantes baianos que faleceram durante o conflito, constatei que o estudante de medicina Ulysses da Silveira Bastos Varella não era oriundo de família de posses, ao contrário, o seu pai era funcionário público da província da Bahia, conferente da Alfândega. Ao falecer, seu pai deixou viúva D. Joanna Amélia Tourinho Varella com seis filhos, incluindo Ulysses Varela, que na época tinha 20 anos.

Sua mãe, em 1886, entrou com uma petição na justiça, reclamando uma pensão do Estado, tendo em vista que o seu marido nenhum bem tinha deixado e, quando em vida, tinha se inscrito no montepio do Estado e, segundo ela, teria direito a pensão de 800 mil réis anuais. As fontes nos indicam que para o estudante Ulysses Varela a ida para a guerra pode ter significado uma oportunidade para obter recursos financeiros e possibilitar uma vida melhor para os seus familiares.<sup>30</sup>

O médico Cícero Álvares dos Santos faleceu no Paraguai, em 1869. Seus herdeiros fizeram a partilha amigável da quantia de dois contos, 606 mil e 895 réis, deixada por ele na Caixa Econômica da Côrte. Quando da sua morte, seu irmão, Joaquim Ferreira Álvares dos Santos era 2º cadete do então extinto 45º Corpo de Voluntários da Pátria e estava em operações no Paraguai. Na oportunidade, fez procuração ao médico João Ferreira de Bittencourt Sá para que recebesse sua parte na herança. Eles também não eram oriundos de família de posses e, aparentemente, apostavam

---

<sup>30</sup> APEB. Judiciário. Inventário. E 07 Cx. 3151 D 10.



na carreira militar como meio de sobrevivência e de projeção na sociedade.<sup>31</sup>

Até esse momento da pesquisa eu tinha informações que esclareciam muitas das questões levantadas no início da investigação, porém duas questões fundamentais ainda precisavam ser elucidadas para que eu pudesse formar um melhor juízo quanto a toda essa mobilização. A primeira dizia respeito à lista nominativa dos médicos e estudantes, e a segunda, como era o perfil profissional desses homens.

Para elucidar a primeira pergunta, procurei verificar, inicialmente, a relação nominal desses profissionais. Busquei respostas nos jornais da época, nos anais da Faculdade de Medicina, no livro histórico da Faculdade, na documentação existente no Arquivo Público do Estado, que citasse de alguma forma esses homens e na bibliografia existente.<sup>32</sup> Fazendo o cruzamento dessas fontes consegui montar uma lista.

---

<sup>31</sup> APEB. Judiciário. Inventário. E 03 Cx. 982 M 451 D 10.

<sup>32</sup> Para a consecução das listas referentes aos dois grupamentos, observei: No APEB: Seção de Microfilmagem. Filme nº. 1. Periódico, *Gazeta Médica da Bahia*; Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais, Maços: 3668, 3669, 3670, 3671, 828, 829, 830, 831 e 976; na Faculdade de Medicina da Bahia: a obra *Esboço Histórico dos Acontecimentos mais Importantes da Vida da Faculdade de Medicina da Bahia*, 1808 – 1946, escrito por Octavio Torres, professor da Faculdade; o Livro *Memória Sobre a Medicina na Bahia*, escrito pelo doutor Antonio Pacífico Pereira, elaborado para o centenário de independência da Bahia, 1823 – 1923. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923; a obra *Memória da Faculdade de Medicina da Bahia*, anos de 1865, 1866, 1867, 1868, 1869 e 1870, apresentada pelos Lentes daquela entidade à respectiva congregação, existente no Arquivo da própria Faculdade, e a obra *Memória Histórica dos Acontecimentos Notáveis Ocorridos no ano de 1870, na Faculdade de Medicina da Bahia*, apresentada à Faculdade pelo doutor Demétrio Tourinho, Opositor da Seção Médica, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

TABELA 1  
Médicos e estudantes contratados em 1865

ORDEM	NOME	HABILITAÇÃO
1	Luiz Álvares dos Santos	Médico
2	Joaquim Botelho	Médico
3	Manoel Monteiro de Vasconcelos Prates	Médico
4	Henrique Alves dos Santos	Médico
6	Isidoro Antônio Nery	Estudante do 6º Ano
7	Pedro Affonso de Carvalho	Estudante do 6º Ano
8	Manoel Ignácio Lisboa	Estudante do 6º Ano
9	Aprígio Marques	Estudante do 6º Ano
10	Geraldo Francisco da Cunha	Estudante do 5º Ano
11	José Theodoro de Souza Dantas	Estudante do 5º Ano
12	Jesuíno Borges	Estudante do 5º Ano
13	Manuel de Aguiar Freire	Estudante do 5º Ano
14	Antônio Celestino Sampaio	Estudante do 5º Ano
15	Augusto César Torres Barrense	Estudante do 5º Ano
16	Raymundo Caetano da Cunha	Estudante do 5º Ano
17	Francisco Joaquino de Oliveira Santos	Estudante do 5º Ano
18	Ulysses da Silveira Bastos Varella	Estudante do 5º Ano
19	Artur César Rios	Estudante do 4º Ano
20	Francisco dos Santos Silva	Estudante do 4º Ano
21	Francisco Lino de Andrade	Estudante do 4º Ano
22	José Bernardino de Teive e Argollo	Estudante do 4º Ano
23	Eutyquio Soledade	Estudante do 4º Ano
24	Joaquim da Silva Cajueiro de Campos	Estudante de Farmácia
25	Augusto Alves de Abreu	Estudante de Farmácia
26	Ignácio M. Almeida Chastinet	Estudante de Farmácia
27	Silvio Flávio Lopes de Aguiar	Estudante de Farmácia

TABELA 2  
Médicos e estudantes contratados em 1866

ORDEM	NOME	HABILITAÇÃO
1	Alexandre Marcellino Bayma	Médico
2	Francisco Ignácio Salvador Cardim	Médico
3	José Teotônio Martins	Médico
4	Francisco Romano de Souza	Médico
5	Francisco Baptista de Moraes Leone	Médico
6	Militão Barbosa Lisboa	Médico
7	Francisco Sidonio Bandeira Chaga	Médico
8	Cezar Zama	Médico
9	Deocleciano Teixeira	Médico
10	Trajano Pinto da Silva	Médico
11	Eloy Martins de Souza	Médico
12	José Teixeira da Matta Bacellar	Médico
13	José Carlos Marianni	Médico
14	Manoel Ladistão Aranha Dantas	Médico / Lente
15	Jerônimo Sodré Pereira	Médico / Lente
16	Domingos Rodrigues Seixas	Médico / Lente
17	Antonio Mariano do Bonfim	Médico / Lente
18	Rodrigues da Silva	Médico / Lente
19	José Antônio de Freitas	Médico / Lente
20	Antônio Januário de Faria	Médico / Lente
21	Rosendo Aprígio Pereira Guimarães	Médico / Opositor
22	Domingos Carlos da Silva Augusto	Médico / Opositor
23	Gonçalves Martins	Médico / Opositor
24	José Ignácio de Barros Pimentel	Médico / Opositor
25	Pedro Ribeiro de Araújo	Médico / Opositor
26	Manoel Ignácio Lisboa	Estudante do 6º Ano
27	Aprígio Martins de Menezes	Estudante do 6º Ano
28	Archimino José Corrêa	Estudante do 5º Ano
29	Joaquim Januário dos Santos Pereira	Estudante do 5º Ano
30	Paulino Pires da Costa Chastinet	Estudante do 5º Ano
31	Arsênio de Souza Marques	Estudante do 5º Ano
32	José Porfírio de Mello Matos	Estudante do 5º Ano

33	José Mariano Barroso	Estudante do 5º Ano
34	José Pinto da Silva	Estudante do 5º Ano
35	Francisco Lino Soares de Andrade	Estudante do 5º Ano
36	Joaquim Manoel de Almeida Vieira	Estudante do 5º Ano
37	Joaquim Manoel Rodrigues Lima Júnior	Estudante do 5º Ano
38	Ladislao Ribeiro de Novaes	Estudante do 5º Ano
39	Francisco dos Santos Silva	Estudante do 5º Ano
40	Elpídio Joaquim Baraúna	Estudante do 5º Ano
41	Cyro da Silveira Bastos Varella	Estudante do 4º Ano
42	Guimarães Alves Marinho	Estudante do 4º Ano
43	Aristides Felinto Alpendriz	Estudante do 4º Ano
44	Terencio Silva Castro	Estudante do 4º Ano
45	Francisco João Fernandes	Estudante do 4º Ano
46	João José de Faria	Estudante do 4º Ano
47	Pedro Borges Leitão	Estudante do 4º Ano
48	Satyro de Oliveira Dias	Estudante do 4º Ano
49	Juvêncio de Oliveira Dias	Estudante do 4º Ano
50	Rosendo Muniz Barreto	Estudante do 4º Ano
51	João Sérgio Celestino	Estudante do 4º Ano

Não tenho a pretensão de afirmar que nessas relações encontram-se todos os médicos, professores e estudantes que foram à guerra, porém acredito estar muito próximo da totalidade. Com base nessas relações nominais tive condições de realizar uma pesquisa aprofundada e direcionada para cada um deles.

Explorando, agora, as fontes cartoriais: inventários, testamentos, processos-crime e processos cíveis, referentes a eles e a seus parentes mais próximos, pude obter, de 50 entre os pesquisados, cerca de 70% do total da relação nominal, informações que me deram uma mostra expressiva referente às suas origens, suas intenções quanto à ida para a guerra, suas atividades no pós-guerra e seus relacionamentos familiares.

Com relação às suas origens, fiquei surpreso, pois pensava que poucos seriam aqueles não pertencentes às elites baianas, mas a documentação cartorial examinada mostrou que uma parcela significativa desses homens não tinham tal origem. Do uni-

verso constante da relação (78 médicos e estudantes), as fontes indicam que, pelo menos, nove deles não pertenciam às elites da província, perfazendo um percentual de 11,5% do total. Eram eles: Aristides Felinto de Alpendriz, Ulisses da Silveira Bastos Varella, Elpídio Joaquim Baraúna, Francisco Lino de Andrade, Militão Barbosa Lisboa, Manoel Ignácio Lisboa, José Teixeira da Matta Baccelar, Luís Álvares dos Santos e José Teotônio Martins.

Como exemplo, cito o caso do estudante Elpídio Joaquim Baraúna, cujo pai era funcionário público do Estado e ganhava em torno de 50 mil réis mensais, o que o colocava como um funcionário de baixa ascendência no governo. Em 1870, o seu pai veio a falecer, deixando Elpídio Baraúna como o “homem” que sustentaria a família, composta por ele e suas duas irmãs, Rita Amância Baraúna e Isabel Ursula Baraúna. Deixou também uma pequena herança, limitada ao salário do mês e alguns móveis, somando cerca de 190 mil réis.<sup>33</sup>

Talvez, para Elpídio Baraúna, o ir para a guerra tenha sido um meio de conseguir os recursos necessários para dar uma condição de vida melhor para suas irmãs, porque em 1866, quando ele se voluntariou para seguir para o conflito, o governo pagava ao estudante 200 mil réis mensais, cinco vezes o que seu pai ganhava de salário.<sup>34</sup>

Trajectoria que também caracteriza a origem humilde de alguns desses homens é a de Francisco Lino Soares de Andrade. Também era filho de um funcionário público, que vivia com dificuldades para sustentar sua esposa e os seus sete filhos. Seu pai faleceu em 1874, não deixando qualquer bem a ser partilhado, ficando sobre seus auspícios o sustento de toda a família. Ele residia à Ladeira da Soledade, freguesia de Santo Antonio Além do Carmo, bairro popular e periférico da cidade de Salvador.<sup>35</sup>

Foram diversas as razões que podem ter levado esses homens a se voluntariar para o conflito: motivos financeiros; motivos

---

<sup>33</sup> APEB. Judiciário. Inventário. E 05 Cx. 2047 M 2518 D 23.

<sup>34</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>35</sup> APEB. Judiciário. Inventário. E03 Cx. 1068 M1537 D03.

ligados à aposentadoria, especificamente para os professores das Faculdades de Medicina, visto que o governo concedeu como vantagem a jubilação com seus vencimentos, após completarem 20 anos de magistério; questões profissionais, visto que os estudantes do 5º e 6º anos poderiam permanecer como médicos do Exército e da Armada, caso optassem; e a visualização da guerra como uma futura plataforma política, como foi o caso de alguns desses médicos e estudantes, que, no pós-guerra, entraram para a política; e até mesmo por mera aventura.

Com relação a essas motivações, a trajetória de vida de alguns desses homens parece nos indicar as suas intenções quanto à ida para a guerra. Uma dessas histórias se passou com o estudante Manoel Ignácio Lisboa. Ele seguiu para o conflito como estudante do 6º ano e veio a falecer, ainda durante os combates, em 1870, como médico da Armada Imperial.

A exigüidade das fontes não permite afirmar, mas tudo leva a crer que ele retornou a Salvador, terminou o seu curso de medicina, defendeu tese de doutoramento e optou por permanecer como oficial médico da Armada, aproveitando a concessão estabelecida pelo governo imperial aos estudantes que estavam no último ano da Faculdade, de poderem optar em permanecer como oficiais. Após o doutoramento, voltou para a guerra e veio a falecer em combate.

Quando do seu falecimento, deixou viúva, a Sra. Júlia Amália Devoto Valente e uma filha, ainda pequena, Amália Lisboa. Não deixou bens que pudessem ser partilhados, porém o Estado tinha a dever a sua esposa os soldos e vencimentos a que ele fazia jus como médico da Armada, no valor de 573 mil e 200 réis.

A viúva foi à justiça para receber a quantia a qual achava ter direito. Como parte do processo, a justiça determinou que o Sr. Arthemio de Castro Valente, aparentemente pai da Sra. Júlia Valente, permanecesse como tutor da menor. Nos autos constavam que existia em conta na Caixa Econômica uma soma em dinheiro no valor de três contos e 513 mil réis, depositada em favor da menor Amália.

Pelo que expôs sua mãe nos autos, essa quantia vinha sendo

depositada pelos seus pais para o futuro arrimo da menor. Isso nos leva a crer que o doutor Manoel Lisboa possa ter ido para a guerra pensando em obter os recursos necessários para dar a sua filha uma situação futura de vida melhor, ou seja, para ele, a ida para a guerra pode ter significado também uma forma de adquirir recursos e garantir um futuro tranquilo para quem estava iniciando uma nova carreira e uma vida conjugal.

A documentação cartorial não deixa claro se, quando ele foi para o combate, a menor Amália já era nascida, mas certamente o seu nascimento, antes ou durante o conflito, foi muito importante para os seus planos de combater os paraguaios.<sup>36</sup>

Outra trajetória de vida que vale a pena ser citada é a do estudante Paulino Pires da Costa Chastinet. Era filho do coronel da Guarda Nacional Francisco Maria da Costa Chastinet. Embora fosse oriundo de uma família de prestígio e bem posicionada na sociedade baiana, não tinha posses, e seu pai lutava com dificuldades financeiras para manter o padrão de vida exigido pela posição de sua família na sociedade, pois tinha muitas dívidas.

Ao falecer, seu pai deixou como herança apenas três escravos e a mobília de uso, avaliados em um conto e 450 mil réis, penhorados a negociantes por dois débitos, na importância de seis contos e 500 mil réis, como dívida, que, segundo os negociantes, já se arrastava a algum tempo. Ou seja, para Paulino Chastinet a ida para a guerra pode ter significado uma forma de alcançar, assim como o seu pai, uma projeção na sociedade baiana e também uma maneira de obter recursos financeiros, ajudando a família a manter o *status* social.<sup>37</sup>

Também curioso e que mostra que não só por interesses financeiros, de jubilação ou de projeção na sociedade podem ter seguido esses profissionais para a guerra, como é o caso do estudante José Bernardino de Teive e Argollo, que era solteiro, oriundo de família pertencente às elites da província e possuía muitos bens, herdados pelo falecimento de seus pais. Entre esses bens

---

<sup>36</sup> APEB. Judiciário. Inventário. E 03 Cx. 1071 M 1540 D 09

<sup>37</sup> APEB. Judiciário. Inventário. Arrolamento. E 07 Cx. 3046 D 01.

constavam: fazenda de gado, localizada no sertão baiano, engenhos, sobrado em área nobre de Salvador e muitos escravos.

Seu testamento foi escrito em 1859 e aberto em 1862, por iniciativa própria, antes mesmo de ele ter seguido para a guerra. Pelas informações constantes no documento, José Bernardino deixou sua fortuna para seu sobrinho, o Barão de Pirajá; doou alguns de seus escravos para a sua madrinha, D. Norberta Maria da Conceição e deixou forros mais de 25 escravos.

Estabeleceu como cláusula do testamento, a obrigação do herdeiro em proteger os seus escravos, após alforriados, e ceder-lhes terras para que pudessem continuar morando nas suas propriedades e cultivando essas terras para as suas sobrevivências. Ele residia em Salvador, na freguesia da rua do Paço, na Ladeira do Rosário da Baixa dos Sapateiros, área onde, naquela época, residiam as famílias pertencentes às elites da Bahia.<sup>38</sup>

As fontes cartoriais indicam que José Bernardino não seguiu para a guerra pensando obter recursos financeiros ou qualquer outro tipo de vantagem pecuniária. Temos, porém, de levar em consideração que entre 1862, ano em que foi redigido o seu testamento, e 1865, ano em que ele seguiu para a guerra, muita coisa pode ter acontecido, inclusive ele ter, por algum motivo, perdido parte ou mesmo toda a sua fortuna, e ter visto na ida para a guerra uma forma também de conseguir algum recurso.

Também não parece ter seguido pensando em obter algum tipo de projeção na sociedade baiana, pois sua família era tradicional e bem situada ante essa sociedade.

Alguns aspectos relativos ao seu testamento nos levam a reflexões. Por que ele teria alforriado os seus escravos após a sua morte? Por que determinava ao herdeiro que cedesse terras para os alforriados? Será que não era escravista e só permaneceu com os escravos por tê-los ganho como herança? Será que tinham outros interesses por trás dessas atitudes, aparentemente, de bom mocismo?

---

<sup>38</sup> APEB. Judiciário. Testamento. Livro 41, p. 95.



A historiadora Kátia Mattoso relata uma diversidade de situações envolvendo a alforria de escravos e as condicionantes que eram colocadas pelos senhores para as suas liberdades. Embora não tenha observado qualquer tipo de condicionante neste caso, a doação de terras para que os escravos pudessem delas viver, explica a historiadora, foi uma estratégia utilizada por determinados senhores, de fazer os libertos permanecerem em suas terras, agora trabalhando para seus descendentes ou herdeiros.<sup>39</sup>

No caso específico do estudante José Bernardino, ele deixou seus bens como herança para o seu sobrinho, o Barão de Pirajá, e pode ter se utilizado desse artifício para que os seus escravos, depois de alforriados, permanecessem nas suas terras, agora “trabalhando” para o Barão.

Com relação à origem étnica e religiosa desses profissionais, não identifiquei nenhum que fosse negro ou afro-descendente. Todos os pesquisados se confessavam, de acordo com os seus testamentos, católicos.

### **Destino dos médicos e estudantes**

Para alguns desses médicos, o conflito serviu como plataforma para o seu alavancar na política no pós-guerra. Foi o caso de Cezar Zama, Sátiro Dias, Rodrigues Lima e Artur César Rios. Esses estudantes, no retorno à Bahia se dedicaram à política, ganhando, alguns deles, projeção ao nível provincial e nacional.

Cezar Zama foi eleito Deputado para a Assembléia Provincial da Bahia em várias legislaturas, revelando-se como grande orador e apresentando diversos trabalhos de interesse do Estado.<sup>40</sup>

Sátiro Dias foi diretor da Instrução Pública, Secretário do Interior da Bahia, Deputado Provincial e presidente das províncias do Ceará, Rio Grande do Norte e Amazonas. Com o advento da Re-

---

<sup>39</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, Século XIX. Uma província no império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 177-213.

<sup>40</sup> SOUZA, Antônio Loureiro. *Baianos Ilustres*. Salvador, Academia de Letras da Bahia, 1950. pp. 133-166.

pública foi Deputado Federal pela província da Bahia.<sup>41</sup>

Rodrigues Lima foi eleito, em 1872, Deputado para a Assembléia Provincial, sendo reeleito. Com a proclamação da República foi eleito Senador. Em 1892 foi eleito Governador do Estado da Bahia.<sup>42</sup>

Artur César Rios foi atraído para a política, ingressando, em 1872, no Partido Conservador, tendo sido eleito Deputado Provincial para as legislaturas de 1872, 1874 e 1878. Proclamada a República, fez parte da Assembléia Constituinte. Permaneceu no Parlamento, sendo reeleito em todas as legislaturas, chegando a ser presidente da Câmara dos Deputados.<sup>43</sup>

Para esses homens, a guerra contra o Paraguai serviu de instrumento para que eles ganhassem prestígio e destaque na sociedade, além de certo grau de confiança por parte das elites, que os viam como defensores dos interesses nacionais.

### **A faculdade de medicina da Bahia**

Com relação à elucidação daquela segunda pergunta que dizia respeito ao perfil profissional desses homens, vou pontuar algumas questões. Pela sua importância na formação do perfil profissional desses médicos e estudantes, cabe-me apontar, inicialmente, algumas considerações sobre a Faculdade de Medicina. Em 1808, quando da estada da família real na Bahia, o ainda príncipe D. João fundou uma Escola ligada às atividades da área de saúde, denominada de Escola Médico Cirúrgica. Essa escola deu origem, após alguns anos, à Faculdade de Medicina da Bahia. Durante algum tempo essa foi a única instituição de formação de profissionais da área médica, na Bahia e no Brasil. Com essa situação de pioneirismo, atraiu os jovens baianos interessados numa formação superior e que, embora fossem de famílias de posses, não possuíam recursos suficientes para estudar na Europa, mes-

---

<sup>41</sup> *Ibidem.*

<sup>42</sup> *Ibidem.*

<sup>43</sup> *Ibidem.*

mo não sendo a medicina, para alguns, a profissão de escolha pessoal.<sup>44</sup>

O currículo da faculdade era muito vasto, com matérias que hoje estariam em outros campos do saber, como a psicologia. Como pioneira no Brasil, a faculdade não tinha referência para a apropriação de conhecimentos, tomando como parâmetro as faculdades européias, em particular a de Paris, na França. Essa condição dava aos alunos da Faculdade de Medicina, uma grande diversidade de temas de estudo e uma excelente formação profissional.<sup>45</sup>

Dentre as matérias curriculares previstas para o ano de 1867, constavam: Medicina Operatória, Anatomia, Clínica Cirúrgica, Medicina Legal, Botânica, Fisiologia, Anatomia Patológica, Física, Química Mineral, Farmácia, entre outras, num total de 19 matérias.<sup>46</sup>

### **Condições de atendimento no *front***

Como destaquei anteriormente, os médicos e os estudantes de medicina foram empregados nos chamados hospitais temporários. Esses hospitais foram instalados, normalmente, aproveitando-se construções já existentes. Possuíam certa estrutura, com enfermarias e leitos. Foram montados, entre outros lugares, em Corrientes, na Argentina, e em Humaitá, em território paraguaio. Viviam lotados de feridos e não possuíam as mínimas condições de observância dos princípios de assepsia, mesmo para com os materiais utilizados no tratamento dos doentes.

As considerações que fiz anteriormente, relativas aos médicos civis, tiveram como referências, entre outras fontes, o periódico *Gazeta Médica da Bahia*. Esse periódico não primava pela isenção, quando se tratava de falar desses profissionais, pois ser-

---

<sup>44</sup> RIBEIRO, Marcos Augusto Pessoa. *A Faculdade de Medicina da Bahia na Visão de Seus Memorialistas. 1854-1924*. Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia, 1997.

<sup>45</sup> *Ibidem*.

<sup>46</sup> APEB. Seção de Microfilmagem. Periódico, *Gazeta Médica da Bahia*, filme n. 1. Exemplar n. 18.

via como instrumento que possuía a classe médica baiana para a defesa de seus posicionamentos e interesses.

Agora vou utilizar como fonte o depoimento de um baiano que participou dos combates, feriu-se, e dependeu da habilidade e do companheirismo desses médicos para a sua sobrevivência, o general Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira.

Sobre os hospitais de sangue, Cerqueira destaca o de Vileta, pequeno povoado paraguaio, às margens do rio Paraguai:

cheguei ao Hospital de Sangue, pobre rancho paraguaio, coberto de palha, junto ao laranjal. Estava cheio atotetado de feridos. Sentei-me fora, sobre uma pedra. Chegavam oficiais e soldados, estropeados, ensangüentados, em doloroso desalinho, uns sozinhos; outros apoiando-se em camaradas com ferimentos menos graves... [sic].<sup>47</sup>

Com relação ao hospital de Corrientes, onde permaneceu a maioria dos médicos e estudantes baianos, pontua Cerqueira: “O nosso hospital em Corrientes fora instalado num *saladero*,<sup>48</sup> que não primava, naturalmente, pelo bom odor nem pela limpeza. E aí havia, ao lado de médicos ‘hábeis e caridosos’, alguns que causavam arrepios”.

Para exemplificar seus comentários, Dionísio Cerqueira tece considerações sobre o então estudante baiano Artur César Rios, que o atendeu numa situação em que ele tinha se ferido e procurava alguém, que lhe transmitisse segurança, para atendê-lo. As-

---

<sup>47</sup> CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1974. p. 284.

<sup>48</sup> Saladero – local onde se abatiam animais e executavam-se ações ligadas ao preparo da carne para o consumo posterior. Nos Saladeros implementavam-se a produção de carnes salgadas e secas, conhecidas como charque, que proliferaram nos atuais territórios da Argentina e Uruguai, entre meados do século XVIII e início do século XX. Requería escasa *inversión* y era muy poco sofisticado, por lo que fue de las primeras industrias establecidas en la *Banda Oriental*. Ver citação em CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*, p. 236.

sim Cerqueira narra a passagem com Rios:

em Vileta, estava um rapaz de quem fora colega e amigo, o Artur Rios, ainda estudante de medicina [...]

Saí à procura dele e encontrei-o cheio de caridade, dirigindo uma enfermaria.

[...] vim pedir-te que me trates [...]

Abraçou-me afetuoso e fiquei. Veio água fanicada muito clara, numa bacia muito limpa. Os fios eram longos e alvos. Descobriu-me a ferida; lavou-a cuidadosamente; cortou em redor o cabelo, de que fiz uma trança[...]

[...] o Artur, depois desse trabalho preliminar, abriu o estojo, abriu a chaga, cortando à tesoura os pedaços de carne corrompida; lavou tudo com clorato de potássio, que a princípio não me doeu, e a ferida ficou enorme, descoberto o crânio num círculo de oito centímetros de diâmetro. Toda aquela carne corrompida caiu; o osso ficou limpo como uma caveira de museu [...]

O Artur tratou-me com incedível desvelo e carinho até o mês de abril, em que me deu alta. [sic]<sup>49</sup>

Ele também faz referências a outros dois profissionais, um médico e um estudante, existentes no hospital de Corrientes. Embora não cite os nomes, deixa claro, pelo menos em relação ao estudante, que era baiano. Sobre o primeiro, expõe que era contratado e tinha horror a sua enfermaria, por casos de moléstias contagiosas que lá apareceram.

Segundo Cerqueira, todos os dias esse médico chegava à porta, pedia ao enfermeiro notícias dos doentes e receitava verbalmente: para os do lado direito, purgantes; para os do lado esquerdo, vomitórios. No dia seguinte, os do lado direito tomavam vomitórios e os do esquerdo, purgantes; alternando sempre.<sup>50</sup>

Com relação ao estudante, o depoimento é ainda mais con-

---

<sup>49</sup> CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*, p. 236.

<sup>50</sup> *Ibidem*.

tudente. Segundo Cerqueira, esse estudante estava de plantão e foi chamado para atender a um ferido, recolhido ao hospital:

o estudante acercou-se do infeliz, que tinha o ventre aberto e os intestinos de fora, palpitantes. Deixou o cigarro, cheio de sarro, na barra ensangüentada; e, sem lavar as mãos, tentou debalde reduzir a hérnia rebelde e obstinada. Desanimou, abrindo uma caixa de amputação, retirando uma faca fina e enferrujada, agarrando com a mão esquerda o intestino do ferido, com a direita fazendo menção de cortá-lo. Nesse momento o cabo enfermeiro interveio dizendo, não, senhor doutor. A que o estudante respondeu: Então, arranja-te. O enfermeiro, mais prático que ele, introduziu os intestinos e coseu o ventre do infeliz.<sup>51</sup>

Por outro lado, interessante é o relato que faz a *Gazeta Médica da Bahia* em seu exemplar nº. 19, de 10 de abril de 1867, sobre o posicionamento profissional do médico baiano Luiz Álvares dos Santos, que era professor da Faculdade de Medicina da Bahia, 1º cirurgião do hospital de Corrientes, e que chefiou, a partir de 15 de setembro de 1866, aquela unidade médica.

O jornal destaca os atributos do doutor Luis Álvares como sendo uma referência de conduta e de perfil de todos os médicos baianos que foram para o conflito. Segundo o periódico, o doutor Luiz Álvares tomou diversas medidas, que melhoraram a higiene e o atendimento naquele nosocômio. Dividiu o hospital em 19 enfermarias, de acordo com os tipos de enfermidades e fechou outras, por não ter a higiene necessária ao atendimento dos soldados, baixou circulares para os facultativos, com advertências e representações a alguns farmacêuticos e demitiu enfermeiros que insistiam em trabalhar mal.<sup>52</sup>

Também segundo o periódico, o doutor Luiz Álvares verificava, pessoalmente, se os medicamentos eram bem preparados, se

---

<sup>51</sup> CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*, pp. 236-237.

<sup>52</sup> APEB. Seção de Microfilmagem. Filme n. 1. Exemplar n. 19.

havia prontidão em sua aplicação, se os gêneros de que se compunham as dietas eram de boa qualidade, se estas eram bem preparadas, se havia asseio nas camas, limpeza e ventilação nas enfermarias e em todas as demais partes do edifício destinado a elas.<sup>53</sup>

Ainda segundo a Gazeta, em relatório enviado ao Cirurgião-Mor do Exército, maior autoridade dentro da hierarquia do Serviço de Saúde, referindo-se ao cemitério existente em Corrientes, próximo ao hospital, ele assim colocou:

para outro ponto chamarei a atenção de V EX. é o cemitério – sinto dizer-lo, mas é verdade dolorosa.

Cadáveres são enterrados em um vasto espaço, não fechado, um pasto imenso, onde comem a seu gosto cavalos, bois, animais de toda espécie, pisando, com as patas sujas e grosseiras, as sepulturas de nossos bravos, que deram a vida em defesa do Brasil [sic].<sup>54</sup>

Segundo o jornal, ele enfatizou ao cirurgião-mor que a condição em que se encontravam os restos mortais dos combatentes naquele cemitério era muito prejudicial à imagem do povo brasileiro perante os argentinos. Ele lançou para a reflexão do cirurgião-mor algumas perguntas: que espetáculo dá o Império a essas repúblicas que não o amam, nem o estimam, tratando assim a seus filhos depois de mortos? Como poderiam essas repúblicas tumultuosas respeitar o povo brasileiro no futuro, se deixar o Brasil assim abandonados e desprezados os cadáveres de seus filhos na vizinhança de uma cidade da república argentina?<sup>55</sup>

E ainda, segundo a Gazeta, ele exigiu uma providência para que fosse salva a honra brasileira, sugerindo que o Império poupasse outras despesas inúteis, porém que destinasse algum recurso para a construção de um muro ao redor dos jazigos dos

---

<sup>53</sup> *Ibidem.*

<sup>54</sup> *Ibidem.*

<sup>55</sup> *Ibidem.*

filhos do Brasil, mortos longe da pátria, em defesa do Império e da honra do Imperador.<sup>56</sup>

Visando saber um pouco mais sobre o doutor Luiz Álvares, bebi, mais uma vez, das fontes cartoriais, examinando os seus testamento e inventário. O doutor Luiz Álvares permaneceu como professor da Faculdade de Medicina até a sua morte, em 1886. Além de professor na Faculdade, ensinava no Liceu, entidade preparatória para o curso superior e era Inspetor de Saúde Pública do Estado.

Pelo número de compromissos profissionais, nota-se que ele era um homem envolvido com a sua profissão e dinâmico. Ao falecer, deixou poucos bens para serem repartidos entre sua mulher e seus dois filhos. Possuía uma rica biblioteca, e não constava entre seus bens algum escravo, indicando, a princípio, alguns pontos para reflexão. Será que ele não era escravocrata? Será que era simpatizante da causa abolicionista, já que veio a falecer num período de intensivos embates sociais relativos à abolição? Ou será que simplesmente não possuía escravos porque as suas atividades profissionais eram intensas e não deixavam espaço para a administração desse tipo de empreendimento, preferindo utilizar os chamados “escravos de aluguel”, e não ter esse peso gerencial em seu cotidiano? Infelizmente, as fontes cartoriais não conseguiram dar respostas a esses questionamentos.<sup>57</sup>

Se levarmos em consideração que o periódico reproduziu fielmente as atitudes, ações e ideias colocadas pelo doutor Luiz Álvares, ele demonstrou ser um médico preocupado com os seus pacientes, consciente do seu dever como profissional da saúde, que tem a responsabilidade de oferecer aos doentes melhores condições para a sua recuperação, e também estar imbuído de um alto espírito de humanidade.

Sobre o hospital, as providências por ele tomadas nos dão ideia de que as condições de atendimento aos feridos eram as

---

<sup>56</sup> APEB. Seção de Microfilmagem. Filme n. 1. Exemplar n. 19.

<sup>57</sup> APEB. Judiciário. Inventário. E 03 Cx. 331 M 692 D 04.



piores possíveis, tendo ele, inclusive, de tomar medidas extremas para melhorá-las essas condições, onde feridos com diferentes tipos de enfermidades eram atendidos num mesmo local, e o atendimento de pessoal era da pior qualidade possível, tendo ele próprio de examinar e fiscalizar, pessoalmente, as atividades rotineiras a um hospital.

O general Dionísio Cerqueira, ao referir-se ao hospital de Corrientes, observou que ficava próximo de um *saladero*, e por isso não primava por boas condições de higiene. Em relação ao perfil do doutor Luis Álvares, pontuou Cerqueira:

lembro-me que uma vez foi mandado inspecionar, já perto da cidade de Corrientes, o nosso hospital ambulante, o ilustre doutor Luís Álvares dos Santos, professor da Faculdade de Medicina da Bahia. No relatório que enviou ao chefe, lia-se o seguinte trecho, portador de acusações gravíssimas: “E nesse zigue-zague de desculpas, morre o soldado brasileiro, vítima da incúria do médico e da relaxação do enfermeiro”. O médico baiano sôbre ser um poeta de altos vãos, era um grande e compassivo coração. Condoeu-se dos pobres soldados e foi demasiado severo para com os seus colegas, dos quais a maior parte bem mereceram da pátria.<sup>58</sup>

Também interessantes foram as observações feitas pelo doutor Luiz Álvares em relação ao cemitério, pois demonstraram, a princípio, uma falta de zelo e de consideração do Império, para com os combatentes que ali permaneciam enterrados, e aos feridos que assistiam àquele descaso. Ainda com relação aos médicos, vale lembrar que boa parcela dos profissionais que seguiram da Bahia, trabalharam com o doutor Luiz Álvares naquele hospital.

As fontes nos sugerem que os médicos militares enviados da Bahia para a guerra seguiram, aparentemente, por força dos regulamentos que os enquadravam, e a documentação analisada indicou que não havia, pelo menos parcela dos médicos militares,

---

<sup>58</sup> CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai*, p. 111.

uma real vontade de defender o Império e de participar do conflito.

Revelam-nos também que a mobilização dos médicos civis foi diferenciada, mesmo em relação aos médicos militares e favoreceu aos seus interesses profissionais e pecuniários. Indicam-nos que parcela desses profissionais seguiu para a guerra motivada pelo objetivo de angariar recursos financeiros necessários para dar às suas famílias uma condição de vida melhor. Outra, pela intenção de conseguir aposentar-se mais cedo, outra, por ver na guerra uma condição futura de projeção junto à sociedade baiana ou, provavelmente, por idealismo profissional ou por aventura.

As fontes revelam, ainda, que a contratação desses homens marcou a participação baiana no conflito e serviu para, de alguma forma, minorar os sofrimentos daqueles que, voluntariamente ou à força, seguiram para a guerra e se viram, como o então alferes Dionísio Cerqueira e outros Voluntários da Pátria, necessitados de apoio médico.

### Referências

ARAÚJO, Oséas Moreira de. *Notícias sobre a polícia militar da Bahia no século XIX* (obra aprovada pelo 1º Congresso de História da Bahia) – 1949.

CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1974.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os voluntários da pátria na guerra do Paraguai*. O imperador, os chefes militares, a mobilização e o quadro militar da época. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981.

KRAAY, Hendrik. *Reconsidering Recruitment in Imperial Brazil. The Americas*. V.55. n. 1: 1-33, jul 1998. Tradução do autor, revisada por Mônica Nogueira de Sá.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

PEREIRA, Antônio Pacífico. *Memória sobre a medicina na Bahia*, Imprensa Oficial do Estado, 1923.

RIBEIRO, Marcos Augusto Pessoa. *A faculdade de medicina da Bahia na visão de seus memorialistas. 1854-1924*. Bahia: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1997.

RODRIGUES, Marcelo Santos. *Os (in) voluntários da pátria na guerra do Paraguai: a participação da Bahia no conflito*. 2001.162 f Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SILVA, Eduardo. *O príncipe Obá: um voluntário da pátria*. In: MENEZES, Eduarda Magalhães (Org.). *Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dumaré, 1995.

SOUZA, Antônio Loureiro. *Baianos ilustres*. Salvador, Academia de Letras da Bahia, 1950.

SOUZA, Luiz de Castro. *A medicina na guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro, 1972.

Recebido em dezembro de 2008

Aprovado em abril de 2009